



## INDICAÇÃO Nº 168/2023

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

À COORDENADORIA DE  
ASSUNTOS LEGISLATIVOS,  
PARA PROVIDÊNCIAS  
15/02/2023

PRESIDENTE

**INDICO** a Vossa Excelência, na forma regimental, que seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal, para que o Chefe do Executivo determine ao Departamento competente desta Municipalidade que promova estudos visando à possibilidade de **municipalizar o ensino até o nono ano, ou seja, ensino fundamental completo em todas as escolas estaduais.** *Obs.: Matéria sobre o tema em anexo.*

**JUSTIFICATIVA:** Tal solicitação se faz necessária, haja vista que possuímos um bom método de ensino no município, porém, quando os alunos passam para a escola estadual, a continuidade do ensino é perdida.

Alguns municípios já adotaram a municipalização do ensino fundamental completo devido às vantagens que tal medida proporciona para o desenvolvimento dos alunos, sendo assim, tendo em vista que o município terá maior autonomia e controle no desenvolvimento do ensino na cidade e, visando melhorar a qualidade do ensino ofertado aos estudantes caieirenses, solicito que seja avaliada a possibilidade de atender ao que foi proposto na presente Indicação.

Certo de poder contar com o apoio do Senhor Chefe do Executivo Municipal nesta solicitação, agradeço antecipadamente.

Câmara Municipal de Caieiras, 08 de fevereiro de 2023.

Vereador **JOSEMAR SOARES VICENTE**  
LAGOINHA JOSI  
2º Secretário



## **INDICAÇÃO Nº 168/2023**

### **Municipalizar ensino pode ser bom se não perder continuidade, diz educadora.**

A tendência de municípios assumirem a educação tem crescido e no ABC ganhou maior impulso após Santo André anunciar, em junho, que vai municipalizar todas as escolas públicas de ensino fundamental I e II. A dúvida é se o modelo vai melhorar a qualidade do ensino. A professora Elisabete Ferreira Campos, docente do Programa de Mestrado-Doutorado em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, avalia que sim, municipalização pode ser um avanço para a educação no País, mas precisa estar focada nas questões regionais e culturais de cada município e não pode sofrer descontinuidade a cada mudança de prefeito.

Para Elisabete, a municipalização do ensino fundamental pode trazer ganhos para a estrutura das escolas. Explica que a municipalização permite maior autonomia para os gestores elaborarem um diagnóstico da rede, ao dialogar com os envolvidos e estabelecer prioridades. O uso da verba pública, diz, pode atender melhor às necessidades das escolas que compõem a rede de ensino e, conseqüentemente, melhor atendimento à comunidade local.

A especialista em educação considera que, sob a gestão municipal, o ensino pode ter mais autonomia para projetos pedagógicos que considerem a realidade local. Afirma que é possível constituir uma equipe local que coordene os debates sobre o Projeto de Educação Municipal a partir da própria história da rede de ensino, suas peculiaridades e necessidades. É possível, ainda, dialogar com os profissionais e comunidade sobre as finalidades da educação, os princípios e concepções que permitam construir um projeto político-pedagógico, em cada unidade escolar, comprometido com a formação crítica-transformadora. “Não significa, porém, que essa seja uma tarefa simples, uma vez que implica em elaborar um planejamento participativo para levantamento de dados, estudos teóricos, fóruns de debates e acompanhamento desse contínuo processo de elaboração do projeto”, pondera a professora.

Municipalizar a educação e colocar todas as escolas num mesmo patamar, ao padronizar o atendimento, pode ser o primeiro erro do processo, aponta Elisabete Ferreira Campos. Há uma questão a ser considerada que é a desigualdade entre os municípios. A desigualdade no financiamento da educação é real e esse aspecto certamente prejudica muitas cidades. Por isso, diz, o envolvimento da sociedade no debate sobre o financiamento da educação continua importante. É preciso compreender o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento e Valorização da Educação Básica) como instrumento de redução de desigualdades e não atribuir a responsabilidade às equipes escolares e famílias. Destinar mais verbas para quem atingiu melhor resultado em avaliações padronizadas mantém as distorções. A questão da diversidade social e cultural é outro fator importante. “Padronizações



## **INDICAÇÃO Nº 168/2023**

em termos de currículos e avaliações desconsideram as especificidades de cada município. Municipalizar não pode significar homogeneizar”, alerta.

### **Santo André**

De acordo com o planejamento, Santo André irá municipalizar o ensino fundamental I e II até 2024, a partir de 17 escolas estaduais já em 2022, exclusivas de anos iniciais, em processo que atingirá 8 mil alunos. Segundo a Prefeitura, a municipalização irá trazer vantagens, como oferta de vagas desde a pré-escola, nos bairros onde tiver demanda, melhor redistribuição dos alunos, permitindo que, gradativamente, tenha classes com modelo pedagógico mais adequado em número de alunos, oferta de todos os programas municipais de educação para a maioria da população de anos iniciais do ensino fundamental da cidade.

Ainda de acordo com a Prefeitura, funcionários e professores poderão optar por mudarem para a rede municipal ou não. Os prédios serão transferidos para o município, que fica com a manutenção corretiva e preventiva, reforma e limpeza. O orçamento é garantido pelo Fundeb.

### **São Caetano**

No ABC, São Caetano foi pioneira com a municipalização das escolas do ensino fundamental, em 2007. Todo o fundamental I é sob gestão da Prefeitura e, das 20 escolas municipais, 12 também atendem ao fundamental II (há outras 10 escolas estaduais de fundamental II). Atualmente, a rede municipal de ensino conta com 63 escolas e mais de 20 mil alunos. “Graças à municipalização, a cidade ganhou autonomia para fazer reformas e revitalizar as escolas, com um trabalho pedagógico mais focado na realidade do município.

Em 2020, São Caetano lançou o Currículo Municipal de Educação, elaborado pelos próprios educadores e alinhado à Base Nacional Comum Curricular. É um documento que atende a educação do berçário ao 9º ano do ensino fundamental, que mais de 470 profissionais e está disponível no link <https://sites.google.com/scseduca.com.br/curriculoscs>.

### **São Bernardo**

São Bernardo mantém o foco na educação básica e no ensino fundamental I (da primeira à quinta séries). Meados de setembro causou movimentação na comunidade escolar sobre o destino da Escola Estadual Pedra de Carvalho. Rumores davam conta que o município tomaria de volta o prédio cedido ao Estado e a escola seria fechada. A Prefeitura, porém, explicou que a unidade passará para o município e continuará com o fundamental I e em período integral. A Diretoria de Ensino de São Bernardo informou que a demanda para o fundamental II caiu e a escola estava subutilizada. Os alunos do 6º ao 9º ano serão atendidos em escolas que ficam nas proximidades e terão transporte fretado.



*Câmara Municipal de Caieiras*  
Rua Albert Hanser n.º 80 - Centro - Caieiras - SP. - CEP: 07700-000 - Fone/fax: (11) 4442-8399 - [www.camaracaieiras.sp.gov.br](http://www.camaracaieiras.sp.gov.br)

## INDICAÇÃO Nº 168/2023

A Secretaria da Educação de São Bernardo informou, em nota, que a rede municipal permanece com alunos entre a educação infantil e o primeiro ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano). A rede conta com 82 mil alunos e 217 unidades de ensino, sendo 179 EMEB's próprias e 38 creches parceiras.

Mauá não planeja municipalizar o ensino fundamental I e II. Possui 44 escolas municipais (e mais 4 conveniadas), sendo que em apenas uma delas conta com alunos com até 14 anos. Hoje, Mauá conta com mais de 18 mil alunos na rede municipal. Diadema e Ribeirão Pires informaram que não há projeto de municipalização de escolas. Rio Grande da Serra não respondeu.



Elisabete Campos, docente do Programa de Mestrado-Doutorado em Educação da Universidade Metodista (Foto: Reprodução)

### Incentivo

Na opinião da professora da Metodista, a municipalização deve ser incentivada e pode ser uma solução para as carências do ensino público, porém as soluções devem ter continuidade, sem rompimento a cada gestão municipal. A municipalização pode ser incentivada, desde que contemple os elementos que mencionei, especialmente no que se refere ao financiamento da educação, condições adequadas de trabalho docente, prédios escolares bem construídos e equipados, além de respeitar as especificidades do município, seu território, sua história, sua cultura etc. “No entanto, a solução para as carências do ensino público passa pela formulação de outras políticas. Há muitas pesquisas evidenciando a fragilidade das licenciaturas, especialmente oferecidas por instituições privadas de qualidade duvidosa; é histórica a ausência dos docentes nos debates sobre políticas educacionais, bem como a descontinuidade das políticas quando há mudança do partido na administração. Se queremos oferecer educação com qualidade social para todos os brasileiros, é preciso promover amplo debate sobre políticas educacionais”, finaliza Elisabete Ferreira Campos.



*Câmara Municipal de Caieiras*  
Rua Albert Hanser n.º 80 - Centro - Caieiras - SP. - CEP: 07700-000 - Fone/fax: (11) 4442-8399 - [www.camaracaieiras.sp.gov.br](http://www.camaracaieiras.sp.gov.br)

## **INDICAÇÃO Nº 168/2023**

*Matéria disponível em:*

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3010525/municipalizar-ensino-pode-ser-bom-se-nao-perder-continuidade-diz-educadora/>